



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

20/11/2015 ATÉ 20/11/2015



ÍNDICE

1	CASAMENTO COMUNITÁRIO	
	1.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	1 2
	1.2 BLOG REI DOS BASTIDORES.....	3 4
2	COMARCAS	
	2.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	5
3	CORREGEDOR (A)	
	3.1 A OLIGARQUIA ACABOU.....	6
	3.2 INTERNET - OUTROS.....	7
	3.3 SITE TJ - DISTRITO FEDERAL.....	8
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	9
5	SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	
	5.1 BLOG RANDYSON LAÉRCIO.....	10
	5.2 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - MA.....	11
	5.3 SITE O QUARTO PODER.....	12
6	VARA CRIMINAL	
	6.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	13 14
7	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	7.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	15 16
	7.2 BLOG JORGE ARAGÃO.....	17

Troca de experiências aquecem debates no Encontro de Corregedores de Justiça

A 70ª edição do Encontro do Colégio de Corregedores do Brasil consolidou sua proposta com as exposições apresentadas durante os trabalhos desta quinta-feira (19). Cumprindo a proposta do encontro, corregedores, juízes auxiliares e assessores, trouxeram as experiências práticas que foram colocadas como ações que podem ser desenvolvidas no âmbito de outros órgãos correccionais. O encontro, que acontece na Cidade de Barreirinhas (MA), foi aberto em solenidade realizada na noite dessa quarta-feira (18) e prossegue até amanhã.

A Vice Corregedoria de Santa Catarina apresentou o Sistema Extrafácil, que teve como expositores o juiz corregedor Luis Bonatelli e o assessor Daniel Nietzsche. Eles destacaram as funcionalidades da tecnologia e os avanços alcançados com a ferramenta, que tem otimizado a realização dos serviços cartorários e facilitado a vida do cidadão que recorre às serventias extrajudiciais.

Em seguida, foi a vez da desembargadora Nelma Sarney, presidente do Colégio, falar sobre suas experiências à frente da Corregedoria do Maranhão e da Presidência do Colégio de Corregedores. Ao fazer um panorama sobre o atual contexto do Sistema de Justiça, ela defendeu maior integração entre todos os seus partícipes, inclusive com a definição de metas para as diversas instituições que compõem essa estrutura e não apenas para o Judiciário.

Nelma Sarney destacou que, no Maranhão, eventos como a crise carcerária permitiram uma atuação compartilhada entre Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, governos estadual e municipais, forças policiais e sociedade civil. Como resultado desse trabalho cooperado, ela citou o projeto pioneiro de audiência de custódia, que hoje já funciona em todo o País. “O caminho para os problemas que enfrentamos é o diálogo permanente e atuação conjunta. Faço um apelo para que as corregedorias busquem apoio umas nas outras, ampliem o diálogo com a Corregedoria Nacional e atuem em sintonia com os demais órgãos de Justiça”, disse.

Também do Maranhão foi apresentado o provimento que estabelece as regras para a correta mensuração da produtividade de cada magistrado, a fim de que não haja qualquer prejuízo no processo de promoção na carreira. O juiz gestor de Metas e Estratégias da Corregedoria maranhense, Mario Marcio de Almeida, destacou que a proposta foi construída de forma compartilhada e enfatizou que o método é inovador e garante justiça na quantificação dos resultados, razão pela qual teve apoio da magistratura.

O corregedor da Justiça de Rondônia, desembargador Daniel Lagos, encerrou os trabalhos da manhã apresentando o trabalho realizado na gestão dos cartórios e das unidades judiciais naquele estado. Ele destacou alguns desafios, como uma produtividade que se mantém constante e uma demanda que cresce acelerada. Segundo o desembargador, é preciso gestão das unidades para garantir a celeridade, o que para ele passa pela qualificação, investimento em pessoas e mudança de comportamento para uma cultura gerencial.

Conforme expôs o corregedor, essas medidas permitiram o alcance de resultados expressivos, a exemplo do alcance de mais de 100% no índice de desobstrução no ano de 2014, quando recebeu pouco mais de 303 mil processos e julgou 307 mil.

Nesta edição, o Encoge tem como tema “O Futuro da Justiça: desafios para um cenário desafiador” com a finalidade de debater e encontrar soluções práticas para os problemas mais urgentes das corregedorias. Essas soluções se refletem em melhoria para os cidadãos que recorrem aos serviços do Judiciário em todos os estados brasileiros. As corregedorias de Santa Catarina, do Maranhão e do Distrito Federal também fazem suas

exposições na tarde desta quinta-feira.

Avaliação - Durante a abertura dos trabalhos na manhã desta quinta, o colegiado, por unanimidade, manifestou seu reconhecimento à programação e à proposta de trabalho desta edição do encontro. “É importante reconhecer que o evento está muito organizado e com uma programação voltada para nossos problemas cotidianos. Esta é a oportunidade que temos para essa troca de experiências e isso, mais uma vez, está sendo priorizado pela Diretoria do Colégio”, avaliou a corregedora do Mato Grosso, Maria Erotides Baranjak.

Encoge - O Encontro de Corregedores é realizado três vezes ao ano, a cada quatro meses, e congrega corregedores de Justiça de todo o Brasil. A finalidade do evento é promover o intercâmbio de boas práticas, contribuindo para o aprimoramento dos serviços e para a realização de procedimentos mais uniformes, resultando em celeridade judicial e maior segurança jurídica nas ações do Poder Judiciário.

Atualmente o Colégio se constitui uma das mais importantes entidades do Sistema de Justiça, uma vez que reúne representantes de todo Brasil que propõem medidas concretas para o aperfeiçoamento do 1º grau de jurisdição, que é aquele que presta o primeiro atendimento ao cidadão que busca os serviços judiciais para ter seu direito garantido. No 1º grau tramitam atualmente cerca de 90% dos 100 milhões de processos no Brasil.

6º Casamento Comunitário oficializa união de mais de 150 casais em Açailândia

Aproximadamente quinhentas pessoas, entre casais e convidados, participaram do 6º Casamento Comunitário de Açailândia, realizado na tarde desta quarta-feira (18), no Templo Central da Assembléia de Deus, localizada as margens da BR-222, na Vila Progresso II.

Para que se tenha uma ideia da importância dessa iniciativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, foram oficializadas uniões de casais que a mais de 30 anos esperava pela oportunidade.

“Eu sempre esperei ansioso por esse momento e graças a Deus aconteceu. Espero que possamos viver pelo menos mais 50 anos juntos (risos)”, conta o noivo.

Esse foi o sexto ano consecutivo do “Casamento Comunitário”, projeto desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, através da Comarca de Açailândia.

Segundo o juiz Pedro Guimarães, da primeira vara, a ação tem como objetivo proporcionar aos casais à cerimônia civil, que legitima a união.

“Esse é o sexto ano consecutivo e sempre é um sucesso. O número de casais sempre ultrapassa a marca de 150 e é uma forma de nós concedermos o serviço a comunidade de forma gratuita”, disse o juiz Pedro Guimarães.

O “Casamento Comunitário” já oficializou a união de mais de 600 casais. Todo o evento é gratuito, inclusive a documentação.

“O casamento é um marco muito importante na vida de todos. Esse é um evento que vem sendo realizado pelo poder judiciário, que sem sombra de dúvida é de um valor incalculável. É muito bom vermos que ainda hoje as pessoas procuram celebrar o casamento civil”, disse a juíza, Dayna Pajira.

O prefeito municipal de Açailândia, Juscelino oliveira (PCdoB), parabenizou o poder Judiciário pela iniciativa que beneficia centenas de pessoas todos os anos.

“Isso é muito importante, é um sinal de que não só o executivo vem aprimorando suas ações sociais”, disse o prefeito.

6º Casamento Comunitário oficializa união de mais de 150 casais em Alçailândia

Aproximadamente quinhentas pessoas, entre casais e convidados, participaram do 6º Casamento Comunitário de Açailândia, realizado na tarde desta quarta-feira (18), no Templo Central da Assembléia de Deus, localizada as margens da BR-222, na Vila Progresso II.

Para que se tenha uma ideia da importância dessa iniciativa do Tribunal de justiça do Maranhão, foram oficializadas uniões de casais que a mais de 30 anos esperava pela oportunidade.

“Eu sempre esperei ansioso por esse momento e graças a Deus aconteceu. Espero que possamos viver pelo menos mais 50 anos juntos (risos)”, conta o noivo.

Casamento 3Esse foi o sexto ano consecutivo do “Casamento Comunitário”, projeto desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, através da Comarca de Açailândia.

Segundo o juiz Pedro Guimarães, da primeira vara, a ação tem como objetivo proporcionar aos casais à cerimônia civil, que legitima a união.

“Esse é o sexto ano consecutivo e sempre é um sucesso. O número de casais sempre ultrapassa a marca de 150 e é uma forma de nós concedermos o serviço a comunidade de forma gratuita”, disse o juiz Pedro Guimarães.

O “Casamento Comunitário” já oficializou a união de mais de 600 casais. Todo o evento é gratuito, inclusive a documentação.

“O casamento é um marco muito importante na vida de todos. Esse é um evento que vem sendo realizado pelo poder judiciário, que sem sombra de dúvida é de um valor incalculável. É muito bom vermos que ainda hoje as pessoas procuram celebrar o casamento civil”, disse a juíza, Dayna Pajira.

O prefeito municipal de Açailândia, Juscelino oliveira (PCdoB), parabenizou o poder Judiciário pela iniciativa que beneficia centenas de pessoas todos os anos.

“Isso é muito importante, é um sinal de que não só o executivo vem aprimorando suas ações sociais”, disse o prefeito.

Justiça decide que bens do Prefeito de Humberto de Campos continuem bloqueados

Depois que retornou ao comando da Prefeitura de Humberto de Campos - no último dia 03/11, após seis meses afastado por corrupção, o prefeito Raimundo Nonato dos Santos, o Deco (PMN), teve recente derrota no Tribunal de Justiça.

O prefeito que segundo o Ministério Público é corrupto, teve os bens permanecidos bloqueados por despacho do Des. Antonio Gerreiro Junior da última quarta-feira(18). O magistrado julgou prejudicado e negou seguimento ao Agravo de Instrumento nº 039064/2015.

Deco tinha ajuizado um recurso no dia 06 de agosto em que pedia seu retorno ao cargo de prefeito e o desbloqueio de seus bens. Na semana seguinte, dia 13, o prefeito entrou com um novo pedido para que o Agravo fosse prejudicado e para que seus bens fossem desbloqueado.

De forma que o recurso foi julgado prejudicado, o que é natural, uma vez que o tempo de afastamento já tinha findado, mas acontece que o desembargador negou seguimento quanto ao desbloqueio dos bens do gestor, mantendo a decisão anterior.

Em termos práticos, o prefeito voltou ao cargo mas continua com seus bens bloqueados até que haja decisão posterior, devido a Ação que o investiga sobre fraude em licitações e desvio de recurso público na construção da quadra da Toboa.

E acreditem, o caso ainda vai render. Aguardem...

Justiça nega pedido para acabar com Conselho LGBT

Em sentença assinada na quarta-feira (18), o juiz Clésio Coelho Cunha, respondendo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, indeferiu ação popular que requeria que fosse "decretada a nulidade da criação do Conselho Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Maranhão", instituído através da Lei Estadual nº 10.333/2015, e vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular.

Na ação, que tem por réus o Estado do Maranhão, o governador Flávio Dino e o titular da Secretaria de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves, o autor sustenta, entre outros argumentos, a existência de um 'Comitê de Enfrentamento à Homo - Lebo - Transfobia', "coordenado justamente pela SEDIH e criado sob a mesma justificativa da defesa dos direitos homossexuais e implementação da denominada agenda de gênero, por meio de políticas públicas".

O autor afirma ainda que no campo destinado ao Conselho, no endereço eletrônico da SEDIH, não há qualquer descrição da finalidade, atividades, ações ou programas do órgão o que denotaria, segundo ele, a presença de "vício de forma consistente na flagrante omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato".

O "nítido caráter ideológico, com indisfarçável ligação com partidos políticos e movimentos de esquerda da agenda do movimento LGBT e do gayzismo" também é ressaltado pelo autor (reveja).

"Na ação popular, embora seja imprescindível a existência atual do dano, bastando o risco de que ele venha a ocorrer, é indispensável a existência, no mínimo, de uma ato capaz de gerar o dano. O que certamente não decorre da simples criação do Conselho Estadual LGBT", afirma.

Na visão do magistrado, longe de configurar "lesão à moralidade administrativa e aos interesses da coletividade", como alegado pelo autor da ação, a criação do órgão "está em consonância com o Estado Democrático de Direito, encampado pela ordem constitucional vigente".

Homofobia

Citando dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que apontam para um crescimento de 166% do número de denúncia de homofobias no país entre 2011 e 2014, o juiz adverte: "Seja ou não por maior acesso aos meios de denúncia, a verdade é que seres humanos continuam a ser espancados, abusados e mortos neste país por pertencerem à comunidade LGBT".

Infelizmente, é fato indiscutível eu a população LGBT no nosso país e Estado do Maranhão está vulnerável a atos de violência física e simbólica, devido tão somente à sua orientação sexual ou gênero".

Para o magistrado, enquanto entidade de um estado democrático de direito, o Estado tem o dever de salvaguardar os direitos humanos de toda a sua população, indistintamente. "Sendo a população LGBT alvo de discriminação específica, cabe ao governo estadual cumprir a lei nº 10.333/2015 e não só manter, mas fortalecer o Conselho Estadual dos Direitos LGBT".

Leia aqui a íntegra da decisão.

Justiça extingue ação que contestava contrato do Isec

O juiz Clésio Coelho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, decidiu pela extinguir uma Ação Popular que questionava o contrato celebrado entre o Instituto Superior de Educação Continuada (Isec) e a Prefeitura de São Luís.

A ação havia sido proposta pelo advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho e pedia a nulidade do contrato firmado entre o instituto e a Secretaria do Orçamento Participativo de São Luís.

O juiz decidiu, contudo, pela extinção do processo, uma vez que não conseguiu encontrar motivos o suficiente para decretar a nulidade do contrato. O magistrado também sustentou a ausência de provas no processo.

"No presente caso, o autor popular, em que pese o esforço despendido na inicial para demonstrar o seu interesse processual, não clarificou a lesão à moralidade administrativa", disse o magistrado.

"Nesse ponto, o autor popular apenas alegou, sem qualquer lastro probatório, o mínimo que fosse, que o Termo de Colaboração 001/2015, referente ao Processo Administrativo Nº. 02733/2015 se afigura como lesivo aos interesses da coletividade, em especial ao interesse de que o patrimônio público seja administrado com probidade", destaca outro trecho da decisão.

O vereador Fábio Câmara (PMDB) e o deputado estadual Wellington do Curso (PPS) já levantaram denúncias contra o instituto.

Ambos afirmaram que recorreriam, também a Justiça, para a pleitear o cancelamento do contrato.

Justiça extingue processo que contestava contrato do ISEC

Nesta sexta-feira (20), o juiz Clésio Coelho Cunha, respondendo pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, decidiu pela extinção de uma Ação Popular que questionava o contrato celebrado entre o ISEC - Instituto Superior de Educação Continuada e a Prefeitura de São Luís.

A Ação Popular foi proposta por Pedro Leonel Pinto de Carvalho e queria fosse "decretada a nulidade do contrato firmado entre o ISEC e a Secretaria do Orçamento Participativo de São Luís.

Entretanto, o juiz decidiu pela extinção do processo, pois não conseguiu encontrar motivos para a nulidade do contrato. O magistrado ainda deixa claro, em diversos momentos da sua decisão, que na Ação Popular nada foi apresentado como provas concretas que pudessem gerar a anulação do contrato firmado.

"No presente caso, o autor popular, em que pese o esforço despendido na Inicial para demonstrar o seu interesse processual, não clarificou a lesão à moralidade administrativa", escreveu num trecho o magistrado.

"Nesse ponto, o autor popular apenas alegou, sem qualquer lastro probatório, o mínimo que fosse, que o Termo de Colaboração 001/2015, referente ao Processo Administrativo Nº. 02733/2015 se afigura como lesivo aos interesses da coletividade, em especial ao interesse de que o patrimônio público seja administrado com probidade", descreveu em outro momento.

O juiz Clesio Cunha também afirmou que o autor da Ação Popular tirou conclusão precipitada apenas por ter se baseado em notícias de blogs e discursos parlamentares.

"Por meio de notícia publicada em blogs na internet e discursos de parlamentares, concluiu, de forma muito precipitada, pela ocorrência de malversação de recursos públicos", concluiu.

Sendo assim, o contrato segue válido e perfeitamente legal, mesmo enfrentando, vez por outra, alguns factoides meramente políticos eleitorais.

MARANHÃO AGENDA MAIS DE 13 MIL AUDIÊNCIAS PARA A SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

Os tribunais brasileiros, em parceria com o Conselho Nacional da Justiça (CNJ), promovem a partir da próxima semana, no período de 23 e 27 de novembro, a 10ª Semana Nacional da Conciliação. Para o período, o Judiciário do Maranhão agendou o total de 13.193 (treze mil cento e noventa e três) audiências, espalhadas pelas varas e juizados de São Luís e do interior do estado, somando 117 unidades.

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) também vão promover audiências, um total de 1.211 (mil duzentos e onze). No ano passado, no Judiciário do Maranhão, foram programadas 10.726 audiências. Destas, 9.746 ocorreram, alcançando um índice de mais de 90%.

A solenidade de abertura da semana vai ocorrer no Salão de Conciliação do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, às nove da manhã. Nessa oportunidade serão apresentadas as estratégias desenvolvidas pelo Comitê Gestor da Semana Nacional de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão para busca de melhor resultados e de modelo de trabalho para aplicação com a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

"A conciliação é o caminho mais curto e sensato para que as partes resolvam um conflito. Ano passado, conseguimos um alto índice de realização da pauta. Cada processo que termina em acordo é uma vitória, não apenas para as partes, mas também para o Judiciário", destaca Márcia Chaves, juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e integrante do Comitê Gestor da Semana da Conciliação.

Segundo informou a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a expectativa é que o Maranhão supere os números de conciliações de anos anteriores. "Estamos sensibilizando nosso quadro de pessoal para que possam se organizar com antecedência, atendendo a solicitações dos próprios magistrados. Como o CNJ já havia nos informado a data deste ano, nós antecipamos os trabalhos, a fim de termos maior efetividade na ação", afirmou.

Entre as unidades do interior que mais agendaram audiências para a semana, destaque para os Juizados Especiais Cíveis de Bacabal (257), Pedreiras (198), e Timon (192), e as comarcas de Cururupu (500), Turiaçu (480), e 1ª Vara de Brejo, que agendou 344 audiências. Em São Luís, destaque para o 11º Juizado Especial Cível (249), 2º Juizado Especial Cível (220), e 3º Juizado Especial Cível, com 193 audiências marcadas. A 15ª Vara Cível de São Luís programou 90 audiências, a 7ª Vara de Família agendou 92 e a 1ª Vara Cível de São Luís marcou 79 audiências para o período.

COMITÊ - Um comitê gestor permanente foi criado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para conduzir, acompanhar, preparar e coordenar os trabalhos da 10ª edição da Semana Nacional da Conciliação, que acontecerá no período de 23 a 27 de novembro. O comitê é dirigido pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e coordenado pelos juízes Márcia Chaves (Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais) e Alexandre Abreu (Núcleo de Conciliação). "Os trabalhos de apoio, incentivo e preparação para a semana tiveram início há quatro meses, por meio de reuniões com secretários e assessores judiciais do Fórum de São Luís, além de instituições e empresas parceiras do grupo", observou Alexandre Abreu. Dentre outras atribuições, compete ao comitê: buscar a cooperação de entidades públicas e privadas com alto índice de litigiosidade (ações judiciais), para que identifiquem aquelas passíveis de conciliação; estabelecer interlocução com a OAB-MA, Defensoria Pública, Procuradorias e Ministério Público, estimulando a participação nas audiências; promover parcerias com instituições de ensino superior, com o objetivo de disponibilizarem estudantes, para devidamente instruídos, auxiliarem nas sessões; incentivar a participação da sociedade no evento, por meio de campanhas, promovidas pelas equipes de Comunicação do TJ e da CGJ.

De acordo com a resolução do TJMA, os membros do comitê deverão ser nomeados mediante portaria da Presidência, a ser divulgada anualmente, e cuja vigência será encerrada ao término do ano em que foi editada. Também integrarão o grupo, representantes do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec), da Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, da Coordenação de Sistemas de Informação do TJMA, do

Telejudiciário e das Assessorias de Comunicação do TJMA e da Corregedoria.

A SEMANA - Criada pelo CNJ para disseminar a cultura da paz e do diálogo, a Semana Nacional é um esforço concentrado da Justiça para resolver o maior número possível de ações judiciais por meio da conciliação. Realizadas desde 2006, as semanas nacionais já resultaram em 1,25 milhão de acordos, superando R\$ 7 bilhões em valores homologados.

Quem tiver processos na Justiça e quiser tentar solucionar o conflito por meio de acordo entre as partes deve entrar em contato com o tribunal de seu estado para saber se já é possível fazer a solicitação da audiência. Praticamente toda disputa tem chance de acordo, entre elas: divórcio, partilha de bens, pensão alimentícia, ações trabalhistas, dívidas em bancos, pendências financeiras, problemas de condomínio ou com empresas de telefonia.

Mais de 150 casais oficializaram a união durante o casamento comunitário realizado ontem em Açailândia

Cerca de 500 pessoas, entre casais e convidados, participaram da celebração. Esse casal esperou por 30 anos até a oficialização da união. "Eu sempre esperava por esse momento, graças a Deus aconteceu e eu espero que possamos viver mais 50 anos juntos de união", conta o noivo- Pedro Pereira

Esse foi o sexto ano consecutivo do "Casamento Comunitário", desenvolvido pelo Tribunal de Justiça, através da Comarca de Açailândia.

Segundo o juiz da primeira vara, a ação tem como objetivo proporcionar aos casais à cerimônia civil, que legitima a união.

"Esse é o sexto ano consecutivo e sempre é um sucesso, o número de casais sempre ultrapassa a marca de 150 e é uma forma de nós concedermos o serviço a comunidade de forma gratuita", juiz- Pedro Guimarães

158 casais disseram o sim. O "Casamento Comunitário" já fez a união oficial de mais de 600 casais. Todo o evento é gratuito, inclusive a documentação.

"O casamento é um marco muito importante na vida de todos, esse é um evento que sempre esta sendo realizado pelo poder judiciário, e é muito bom vermos que ainda hoje as pessoas procuram celebrar o casamento civil, e isso hoje é uma festa da família", disse a juíza, Dayna Pajira.

O prefeito municipal, Juscelino oliveira, parabenizou o poder Judiciário pela iniciativa que vem desenvolvendo todos os anos.

"Isso é muito importante, é um sinal que não só o executivo vem aprimorando as suas ações sociais, como o poder Judiciário vem tomando essa iniciativa e é muito bela essa atitude de fazer um ato como este", prefeito - Juscelino Oliveira

ASCOM

Mais de 150 casais oficializaram a união durante o casamento comunitário realizado ontem em Açaíândia

Assistência Social

Cerca de 500 pessoas, entre casais e convidados, participaram da celebração. Esse casal esperou por 30 anos até a oficialização da união. “Eu sempre esperava por esse momento, graças a Deus aconteceu e eu espero que possamos viver mais 50 anos juntos de união”, conta o noivo- Pedro Pereira

Esse foi o sexto ano consecutivo do “Casamento Comunitário”, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça, através da Comarca de Açaíândia.

Segundo o juiz da primeira vara, a ação tem como objetivo proporcionar aos casais à cerimônia civil, que legitima a união.

“Esse é o sexto ano consecutivo e sempre é um sucesso, o número de casais sempre ultrapassa a marca de 150 e é uma forma de nós concedermos o serviço a comunidade de forma gratuita”, juiz- Pedro Guimarães

158 casais disseram o sim. O “Casamento Comunitário” já fez a união oficial de mais de 600 casais. Todo o evento é gratuito, inclusive a documentação.

“O casamento é um marco muito importante na vida de todos, esse é um evento que sempre esta sendo realizado pelo poder judiciário, e é muito bom vermos que ainda hoje as pessoas procuram celebrar o casamento civil, e isso hoje é uma festa da família”, disse a juíza, Dayna Pajira.

O prefeito municipal, Juscelino oliveira, parabenizou o poder Judiciário pela iniciativa que vem desenvolvendo todos os anos.

“Isso é muito importante, é um sinal que não só o executivo vem aprimorando as suas ações sociais, como o poder Judiciário vem tomando essa iniciativa e é muito bela essa atitude de fazer um ato como este”, prefeito - Juscelino Oliveira

Encontro de Corregedores debate cenário da Justiça brasileira

O corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Arnóbio Alves Teodósio, está no município de Barreirinhas/MA, onde participa do 70^a Encontro do Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil (Encoge). Este ano, o tema escolhido é “O Futuro da Justiça: perspectivas em um cenário desafiador”, e envolve corregedores de todo o País até esta sexta-feira (20). O evento teve início ontem, quarta-feira.

O propósito central dos debates e palestras gira em torno dos principais problemas enfrentados pela Justiça de 1^o grau, além da troca de experiências em busca de um melhor sistema de Justiça. A programação traz, também, a valorização das boas práticas desenvolvidas pelas corregedorias estaduais.

Des. Arnóbio Alves participa do evento

O Encoge é um dos mais importantes eventos do Poder Judiciário, uma vez que é voltado para os debates e soluções para os problemas que passa o Poder Judiciário, especificamente no âmbito do 1^o grau de jurisdição, cujo acesso do cidadão ocorre de forma direta, sendo responsável pela gestão de cerca de 90%, dos mais de 200 milhões de processos que tramitam no Brasil.

O 70^o de Barreirinhas, segundo a corregedora da Justiça do Maranhão e presidente do Colégio, desembargadora Nelma Sarney, o Encoge de Barreirinhas será marcado por uma assembleia geral para escolha da nova Comissão Executiva do Colegiado para o ano de 2016, composta pelo presidente; 1^o e 2^o vice-presidentes, 1^o e 2^o secretários, 1^o e 2^o tesoureiros.

Encoge - O Encontro de Corregedores é realizado três vezes ao ano, a cada quatro meses, e congrega corregedores de Justiça de todo o Brasil. A finalidade do evento é promover o intercâmbio de boas práticas, contribuindo para a melhoria da qualidade e para a prestação mais uniforme dos serviços judiciais em todo o Brasil.

Policial acusado de matar cinegrafista será transferido para São Luís

Foi realizada nesta quinta-feira a audiência de instrução do policial militar Jean Claude Reis Apinajé, o soldado Reis. Ele é acusado do assassinato do cinegrafista José de Ribamar Carvalho, que trabalhava em uma emissora local no dia 29 de novembro de 2014. O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, que é titular da Vara da Família, mas está respondendo pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, disse que Jean Claude dos Reis negou todas as acusações que lhe foram imputadas, garantindo não ter sido ele o autor dos disparos que culminaram na morte de José de Ribamar. Segundo o magistrado, o soldado Reis falou que, na noite em que ocorreu o crime, ele tinha saído com a esposa para uma pizzaria, onde teriam se desentendido e discutido. Voltaram para casa, onde ele teria tomado um comprimido e usado cocaína, da qual confessou que seria usuário. Em seguida, teria pego a motocicleta CB-300 cor amarela e saído. A partir daí, ele não sabia de mais nada que tinha acontecido. O juiz perguntou como ele pagou a conta e o soldado disse que tinha sido com cartão. Mediante essa informação, o juiz Adolfo Pires vai requerer a movimentação do cartão. O local onde o policial disse que ingeriu duas cervejas ficou em sigilo. O advogado do policial entrou com um pedido de habeas corpus. Transferência O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto informou, que atendendo solicitação do comandante geral da Polícia Militar do Maranhão, Coronel Marco Antonio Alves, determinou a transferência imediata do policial para São Luís. O soldado Reis chegou a ficar em São Luís preso após autuação em flagrante, suspeito da morte de Carvalho. Mas, por determinação da juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis, que na ocasião estava respondendo pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, foi colocado em liberdade. Ele voltou para Imperatriz, ficou prestando serviços internamente no quartel do 3º BPM e depois foi novamente preso, porque foi descoberto que estava ameaçando as testemunhas, inclusive familiares de Carvalho.

Policial acusado de matar cinegrafista será transferido para São Luís

Foi realizada nesta quinta-feira a audiência de instrução do policial militar Jean Claude Reis Apinajé, o soldado Reis. Ele é acusado do assassinato do cinegrafista José de Ribamar Carvalho, que trabalhava em uma emissora local no dia 29 de novembro de 2014. O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, que é titular da Vara da Família, mas está respondendo pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, disse que Jean Claude dos Reis negou todas as acusações que lhe foram imputadas, garantindo não ter sido ele o autor dos disparos que culminaram na morte de José de Ribamar. Segundo o magistrado, o soldado Reis falou que, na noite em que ocorreu o crime, ele tinha saído com a esposa para uma pizzaria, onde teriam se desentendido e discutido. Voltaram para casa, onde ele teria tomado um comprimido e usado cocaína, da qual confessou que seria usuário. Em seguida, teria pego a motocicleta CB-300 cor amarela e saído. A partir daí, ele não sabia de mais nada que tinha acontecido. O juiz perguntou como ele pagou a conta e o soldado disse que tinha sido com cartão. Mediante essa informação, o juiz Adolfo Pires vai requerer a movimentação do cartão. O local onde o policial disse que ingeriu duas cervejas ficou em sigilo. O advogado do policial entrou com um pedido de habeas corpus. Transferência O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto informou, que atendendo solicitação do comandante geral da Polícia Militar do Maranhão, Coronel Marco Antonio Alves, determinou a transferência imediata do policial para São Luís. O soldado Reis chegou a ficar em São Luís preso após autuação em flagrante, suspeito da morte de Carvalho. Mas, por determinação da juíza Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis, que na ocasião estava respondendo pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, foi colocado em liberdade. Ele voltou para Imperatriz, ficou prestando serviços internamente no quartel do 3º BPM e depois foi novamente preso, porque foi descoberto que estava ameaçando as testemunhas, inclusive familiares de Carvalho.

Deputado César Pires participa de audiência pública promovida pelo TJ-MA

Andressa Valadares/ Agência Assembleia

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) realizou nesta quinta-feira (19), a última audiência pública do ano, para ouvir a opinião de autoridades e da população sobre o trabalho da Justiça nas comarcas da Região Metropolitana de São Luís e municípios do interior do estado. O deputado César Pires (DEM), ouvidor-geral da Assembleia Legislativa, participou da audiência e destacou o papel das Ouvidorias para o pleno funcionamento das instituições.

As audiências públicas são realizadas pela Ouvidoria do Poder Judiciário, criadas para ser um canal aberto de diálogo permanente com a sociedade. Só este ano, a ouvidoria do TJMA já realizou mais de 4.700 atendimentos.

“Nessas seis audiências que nós já realizamos até aqui, a participação tem sido bastante produtiva e intensa. As pessoas não têm nenhuma inibição, falam mesmo das expectativas que têm, apresentam sugestões de administração, crítica à condução dos processos, crítica ao comportamento de alguns servidores. Tudo aquilo que é muito próprio da democracia”, assinalou Paulo Velten Pereira, ouvidor-geral do TJMA.

O deputado estadual César Pires, também ouvidor-geral da Assembleia, participou da audiência. Para ele, o sistema de ouvidoria aproxima a população do poder público e permite que os trabalhos sejam transmitidos com transparência. Ele destacou ainda que essa é uma ferramenta muito importante para a modificação de comportamentos e potencialização das ações.

“Não é só um trabalho feito para olhar com os olhos da situação dos outros, mas também que a gente passe a olhar a nossa situação. Que nos tornemos mais capazes de modificar nossos comportamentos, potencializar nossos lados positivos e corrigir nossas deficiências também, dentro desse segmento”, frisou o parlamentar.

De acordo com o ouvidor-geral do TJMA, todas as sugestões e críticas são registradas e avaliadas e, ao final de cada audiência, é publicado um relatório. “Esse relatório é encaminhado para a administração do Tribunal, e a administração do Tribunal fica a par em detalhes do acontece, da reclamação do jurisdicionado. A ouvidoria acaba sendo um canal de acesso entre o jurisdicionado e a administração do Tribunal”, completou Paulo Velten Pereira.

Acusados de homicídio são julgados na 1ª Vara de Codó

A 1ª Vara da Comarca de Codó divulgou resultados dos dois júris realizados na unidade judicial, nos dias 18 e 19. No primeiro júri, Edvaldo dos Santos foi condenado à pena de 16 anos e no segundo júri Thiago Pereira foi absolvido pelo conselho de sentença. Os dois eram acusados do mesmo crime: o de homicídio. As sessões foram presididas pelo juiz Rogério Pelegrini Rondon, titular da 1ª Vara de Codó.

Em relação ao primeiro julgamento, de acordo com a denúncia, no dia 27 de abril de 2015, no Povoado Raposa o acusado teria matado Eugênio Oliveira, de 78 anos. A causa da morte foi comprovada através de declaração emitida pelo Hospital Geral de Codó e pelas fotografias juntadas aos autos. Edvaldo dos Santos foi condenado pelo Conselho de Sentença à pena de 16 (dezesseis) anos de reclusão em regime fechado. Edvaldo dos Santos esteve preso durante toda a instrução processual e permanecerá preso, pois foi negado a si o direito de recorrer em liberdade.

O outro júri foi de Thiago Pereira da Silva, acusado de ter matado Wanderson Mesquita a golpes de paulada. Thiago era acusado de homicídio duplamente qualificado (motivo fútil e emboscada). Thiago teria matado Wanderson por causa de uma dívida de 50 reais.

Consta na denúncia que, em junho de 2011, o acusado agrediu fisicamente e desferiu pauladas contra a vítima Wanderson Mesquita, provocando-lhe as lesões que ocasionaram seu óbito, conforme atestam o exame cadavérico e a tomada fotográfica, juntados aos autos. Thiago Pereira da Silva foi julgado e absolvido pelo Conselho de Sentença do Júri.

Além do juiz Rogério Pelegrini Tognon Rondon, participaram nos julgamentos a promotora de Justiça Valéria Chaib Amorim de Carvalho, e o defensor público Keoma Celestino Dourado.

Maranhão agenda mais de 13 mil audiências para a Semana Nacional de Conciliação

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) também vão promover audiências, um total de 1.211 (mil duzentos e onze). No ano passado, no Judiciário do Maranhão, foram programadas 10.726 audiências. Destas, 9.746 ocorreram, alcançando um índice de mais de 90%.

A solenidade de abertura da semana vai ocorrer no Salão de Conciliação do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, às nove da manhã. Nessa oportunidade serão apresentadas as estratégias desenvolvidas pelo Comitê Gestor da Semana Nacional de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão para busca de melhor resultados e de modelo de trabalho para aplicação com a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

“A conciliação é o caminho mais curto e sensato para que as partes resolvam um conflito. Ano passado, conseguimos um alto índice de realização da pauta. Cada processo que termina em acordo é uma vitória, não apenas para as partes, mas também para o Judiciário”, destaca Márcia Chaves, juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e integrante do Comitê Gestor da Semana da Conciliação.

Segundo informou a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, a expectativa é que o Maranhão supere os números de conciliações de anos anteriores. “Estamos sensibilizando nosso quadro de pessoal para que possam se organizar com antecedência, atendendo a solicitações dos próprios magistrados. Como o CNJ já havia nos informado a data deste ano, nós antecipamos os trabalhos, a fim de termos maior efetividade na ação”, afirmou.

Entre as unidades do interior que mais agendaram audiências para a semana, destaque para os Juizados Especiais Cíveis de Bacabal (257), Pedreiras (198), e Timon (192), e as comarcas de Cururupu (500), Turiçu (480), e 1ª Vara de Brejo, que agendou 344 audiências. Em São Luís, destaque para o 11º Juizado Especial Cível (249), 2º Juizado Especial Cível (220), e 3º Juizado Especial Cível, com 193 audiências marcadas. A 15ª Vara Cível de São Luís programou 90 audiências, a 7ª Vara de Família agendou 92 e a 1ª Vara Cível de São Luís marcou 79 audiências para o período.

COMITÊ - Um comitê gestor permanente foi criado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) para conduzir, acompanhar, preparar e coordenar os trabalhos da 10ª edição da Semana Nacional da Conciliação, que acontecerá no período de 23 a 27 de novembro.

O comitê é dirigido pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e coordenado pelos juízes Márcia Chaves (Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais) e Alexandre Abreu (Núcleo de Conciliação). “Os trabalhos de apoio, incentivo e preparação para a semana tiveram início há quatro meses, por meio de reuniões com secretários e assessores judiciais do Fórum de São Luís, além de instituições e empresas parceiras do grupo”, observou Alexandre Abreu.

Dentre outras atribuições, compete ao comitê: buscar a cooperação de entidades públicas e privadas com alto índice de litigiosidade (ações judiciais), para que identifiquem aquelas passíveis de conciliação; estabelecer interlocução com a OAB-MA, Defensoria Pública, Procuradorias e Ministério Público, estimulando a participação nas audiências; promover parcerias com instituições de ensino superior, com o objetivo de

disponibilizarem estudantes, para devidamente instruídos, auxiliarem nas sessões; incentivar a participação da sociedade no evento, por meio de campanhas, promovidas pelas equipes de Comunicação do TJ e da CGJ.

De acordo com a resolução do TJMA, os membros do comitê deverão ser nomeados mediante portaria da Presidência, a ser divulgada anualmente, e cuja vigência será encerrada ao término do ano em que foi editada. Também integrarão o grupo, representantes do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec), da Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, da Coordenação de Sistemas de Informação do TJMA, do Telejudiciário e das Assessorias de Comunicação do TJMA e da Corregedoria.

A SEMANA – Criada pelo CNJ para disseminar a cultura da paz e do diálogo, a Semana Nacional é um esforço concentrado da Justiça para resolver o maior número possível de ações judiciais por meio da conciliação. Realizadas desde 2006, as semanas nacionais já resultaram em 1,25 milhão de acordos, superando R\$ 7 bilhões em valores homologados.

Quem tiver processos na Justiça e quiser tentar solucionar o conflito por meio de acordo entre as partes deve entrar em contato com o tribunal de seu estado para saber se já é possível fazer a solicitação da audiência. Praticamente toda disputa tem chance de acordo, entre elas: divórcio, partilha de bens, pensão alimentícia, ações trabalhistas, dívidas em bancos, pendências financeiras, problemas de condomínio ou com empresas de telefonia.

TJDFT PARTICIPA DE ENCONTRO DE CORREGEDORES DO BRASIL

70 ENCOGEO Corregedor de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, desembargador Romeu Gonzaga Neiva, participa do encontro da 70ª Edição do Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil, que teve início nesta quarta-feira, dia 18/11, na Cidade de Barreirinhas (MA). Com a finalidade de debater e aprimorar procedimentos da Justiça de 1º Grau, o evento prossegue até a próxima sexta-feira, dia 20/11, e contará com a prestação de contas por parte da Corregedora do Maranhão e Presidente da entidade, desembargadora Nelma Sarney. O colegiado também definirá a nova mesa diretora para o ano de 2016.

Nesta edição, que tem como tema “O Futuro da Justiça: Desafios para um Cenário Desafiador” um dos principais objetivos é proporcionar um espaço para a troca de experiências entre órgãos correicionais. Apresentarão trabalhos de iniciativa própria as corregedorias do Maranhão, Rondônia, Santa Catarina e Distrito Federal. Nelma Sarney disse que espera resultados concretos que poderão contribuir com a melhor gestão das corregedorias diante do cenário de crise econômica que se apresenta e que deverá ter impacto na atuação do Judiciário em todo o Brasil.

O Encontro de Corregedores - Encoge é realizado três vezes ao ano, a cada quatro meses, e congrega corregedores de Justiça de todo o Brasil. A finalidade do evento é promover o intercâmbio de boas práticas, contribuindo para o aprimoramento dos serviços e para a realização de procedimentos mais uniformes, resultando em celeridade judicial e maior segurança jurídica nas ações do Poder Judiciário.

Atualmente o Colégio se constitui uma das mais importantes entidades do Sistema de Justiça, uma vez que reúne representantes de todo Brasil que propõem medidas concretas para o aperfeiçoamento do 1º Grau de Jurisdição, que é aquele que presta o primeiro atendimento ao cidadão que busca os serviços judiciais para ter seu direito garantido. No 1º Grau tramitam atualmente cerca de 90% dos 100 milhões de processos no Brasil.